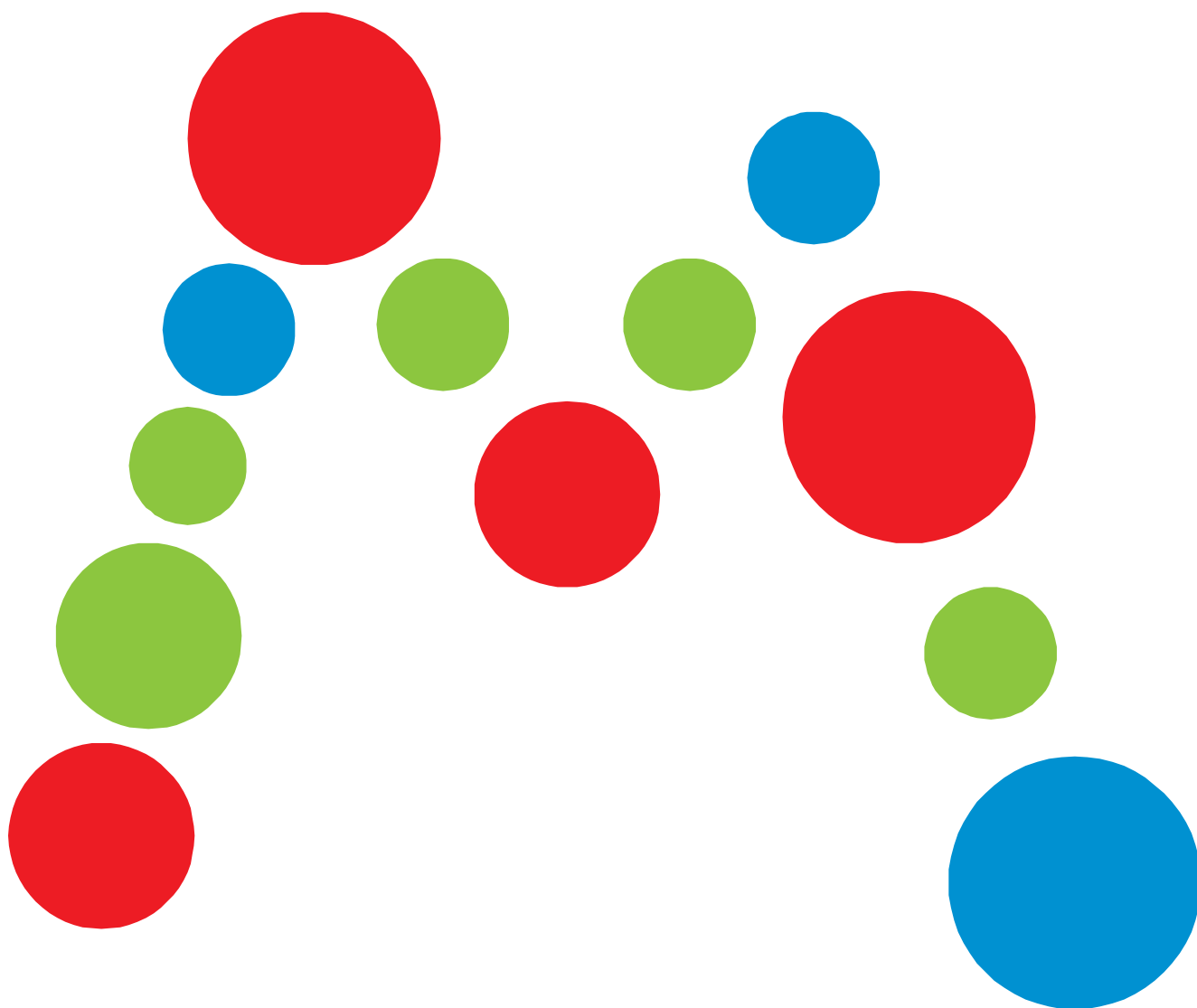


Mercados

informação global



EUA Ficha de Mercado

Novembro 2015



aicep Portugal Global

Índice

1. Dados Gerais	3
2. Economia	5
2.1. Situação Económica e Perspetivas	5
2.2. Comércio Internacional	8
2.3. Investimento	11
2.4. Turismo	12
3. Relações Económicas com Portugal	13
3.1. Comércio de Bens e Serviços	13
3.1.1. Comércio de Bens	14
3.1.2. Serviços	18
3.2. Investimento	19
3.3. Turismo	20
4. Condições Legais de Acesso ao Mercado	21
4.1. Regime Geral de Importação	21
4.2. Regime de Investimento Estrangeiro	25
5. Informações Úteis	27
6. Contactos Úteis	29
7. Endereços de Internet	32

1. Dados Gerais

Mapa:



Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Área:	9 161 923 km ²
População:	321,3 milhões hab. (estimativa 2015)
Densidade Populacional:	35,1 hab./Km ²
Designação oficial:	Estados Unidos da América (EUA)
Presidente:	Barack H. Obama (reeleito em novembro de 2012; próximas eleições em novembro de 2016)
Vice-Presidente:	Joseph R. Biden
Data da atual constituição:	20 de setembro de 1787 (adotada em 4 de março de 1789)
Principais partidos políticos:	Partido Democrata e Partido Republicano
Capital:	Washington, D.C. – 5,9 milhões hab.
Outras cidades importantes:	Nova Iorque (19,9 milhões hab.), Los Angeles (13,1 milhões hab.), Chicago (9,5 milhões hab.), Dallas (6,8 milhões hab.), Houston (6,3 milhões hab.), Filadélfia (6 milhões hab.) e Miami (5,8 milhões hab.)
Religião:	Maioritariamente protestante (51,3%) e católica (23,9%)

Língua oficial:	Os EUA não decretaram, a nível oficial, uma língua. A língua utilizada é o inglês, predominando também o espanhol em algumas regiões do país
Unidade monetária:	Dólar dos EUA (USD) 1 EUR = 1,1235 USD (média outubro 2015)
Risco País:	Risco Geral - AA (AAA = risco menor; D = risco maior) Risco político - AA Risco de estrutura económica: A (EIU, outubro 2015)
Risco de crédito:	País não classificado na tabela risco da OCDE. Não é aplicável o sistema de prémios mínimos

Principais relações internacionais e regionais:

Os EUA integram, entre outras, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa ([Organization for Security and Co-operation in Europe – OSCE](#)), o Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento ([European Bank for Reconstruction and Development – EBRD](#)), o Banco Interamericano de Desenvolvimento ([Inter-American Development Bank – IDB](#)), o Banco Africano de Desenvolvimento ([African Development Bank – AfDB](#)), o Banco Asiático de Desenvolvimento ([Asian Development Bank – ADB](#)), o Banco de Compensações Internacionais ([Bank for International Settlements – BIS](#)) e a Organização das Nações Unidas ([United Nations – UN](#)) e suas agências especializadas ([Funds, Programmes, Specialized Agencies and Others](#)). Este país é, ainda, membro da Organização Mundial do Comércio ([World Trade Organization – WTO](#)), desde 1 de janeiro de 1995.

Ao nível regional faz parte do Acordo Norte-Americano de Livre Comércio ([North American Free Trade Agreement – NAFTA](#)), do Fórum de Cooperação Ásia-Pacífico ([Asia-Pacific Economic Cooperation – APEC](#)), do Conselho de Cooperação Económica do Pacífico ([Pacific Economic Cooperation Council – PECC](#)) e da Organização dos Estados Americanos – OEA ([Organization of American States – OAS](#)). A 15 de outubro de 2015 os ministros dos 12 países envolvidos no Acordo de Associação Transpacífico ([Trans-Pacific Partnership - TPP](#)), a saber Austrália, Brunei Darussalam, Canadá, Chile, EUA, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Singapura e Vietnã, anunciaram a conclusão das respetivas negociações.

Relacionamento com a União Europeia (UE):

O relacionamento dos EUA com a UE baseia-se na [Nova Agenda Transatlântica](#), lançada em 1995, e na [Parceria Económica Transatlântica](#), lançada em 1998. Mais recentemente, no Verão de 2013, perante as [conclusões e recomendações do Grupo de Trabalho de Alto Nível](#) criado pela UE e EUA, deu-se início formal às negociações de um Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a UE e os EUA (*Transatlantic Trade and Investment Partnership – TTIP*), com o objetivo de eliminar as barreiras comerciais (aduaneiras e não aduaneiras), facilitando a compra e venda de bens e serviços por empresas nos dois mercados. Para mais informação sobre o Acordo em negociação consultar o [Portal da Comissão Europeia](#) ou a [Plataforma sobre Negociações Comerciais](#). Mais informação sobre o relacionamento bilateral entre a UE e os EUA pode ser consultada no Portal [European External Action Service \(EEAS\)](#).

Ambiente de Negócios			
Competitividade (<i>Rank no Global Competitiveness Index 2015-16</i>)	3º	Facilidade Negócios (<i>Rank no Doing Business Report 2016</i>)	7º
Transparência (<i>Rank no Corruption Perceptions Index 2014</i>)	17º	Ranking Global (<i>EIU, entre 82 países</i>)	7º

2. Economia

2.1. Situação Económica e Perspetivas

Os Estados Unidos da América (EUA) são o terceiro maior país do mundo, com uma extensão de 4 500 km de leste a oeste e de 2 575 km de norte a sul. Em termos relativos, o território dos EUA corresponde a cerca de metade da América do Sul e a mais que o dobro da União Europeia. Com um número de habitantes que representa aproximadamente 4,4% da população mundial e com uma taxa de crescimento de 0,8% (estimativa para 2015), o país é o 4º mais populoso a nível mundial e possui uma densidade populacional relativamente baixa.

Os EUA possuem um nível de imigração bastante elevado que se reflete numa grande variedade de grupos étnicos, religiosos e culturais. Os residentes nascidos no estrangeiro ascendem a mais de 41 milhões, representando cerca de 13% da população.

Os 10 Estados mais populosos (Califórnia, Texas, Flórida, Nova Iorque, Illinois, Pensilvânia, Ohio, Geórgia, Carolina do Norte e Michigan) concentram cerca de 54% dos habitantes e 55% do produto interno bruto (PIB). Geograficamente, isto significa que as regiões mais povoadas e com maior

desenvolvimento económico se situam nas zonas costeiras do Pacífico e Atlântico e nas áreas fronteiriças dos grandes lagos e do Texas.

Em termos de recursos naturais, os EUA contam com grandes depósitos de ouro, petróleo, carvão (que representam 27% das reservas mundiais totais) e urânio. Ao nível da agricultura, o país está entre os maiores produtores mundiais de milho, trigo, açúcar e tabaco. A indústria americana é diversificada, destacando-se a produção de automóveis, de aviões e produtos eletrónicos. A economia do país é referenciada como uma das mais desenvolvidas em termos tecnológicos, tendo muitas das empresas americanas assumido posições cimeiras, especialmente nas áreas das tecnologias de informação, da medicina, do sector aeroespacial e do equipamento militar. No entanto, o sector com maior relevância económica dos EUA é o dos serviços, que absorve 79% da população ativa. Atualmente estima-se que este sector contribua com 77,7% para a formação do PIB, enquanto a indústria representa 20,6% e o sector agrícola 1,6%.

A economia dos EUA, a maior a nível mundial (em 2014, foi ultrapassada pela China, em termos de paridade do poder de compra), foi o epicentro da crise global de 2008, consequência da implosão da bolha imobiliária, da crise do *subprime* e da turbulência do sector financeiro que conduziram, nesse ano, à estagnação da economia americana e a uma forte contração em 2009 (-3,1% face a 2008). O consumo privado, o investimento, e a produção industrial assinalaram variações negativas nestes dois anos, de forma mais acentuada em 2009, quando foram registadas taxas de -1,9%, -19,0% e -11,3%, respetivamente, face ao ano de 2008.

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2012 ^a	2013 ^a	2014 ^a	2015 ^b	2016 ^b	2017 ^b
População	Milhões	314,0	316,4	318,8	321,3	323,9	326,5
PIB a preços de mercado	10 ⁹ USD	16 155	16 663	17 348	18 040	18 733	19 595
PIB <i>per capita</i>	USD	51 458	52 673	54 412	56 140	57 839	60 020
Crescimento real do PIB	%	2,2	1,5	2,4	2,5	2,4	2,4
Consumo privado	Var. %	1,5	1,7	2,7	2,9	2,2	2,3
Consumo público	Var. %	-1,9	-2,9	-0,6	0,8	1,5	0,9
Formação bruta de capital fixo	Var. %	9,8	4,2	5,3	4,3	6,6	5,6
Taxa de desemprego	%	8,1	7,4	6,2	5,2	4,9	4,8
Taxa de inflação	%	2,1	1,5	1,6	0,2	1,7	2,3
Saldo do sector público	% do PIB	-6,8	-4,1	-2,8	-2,4	-2,2	-2,2
Dívida pública	% do PIB	100,1	101,3	103,6	101,8	100,4	98,3
Saldo da balança corrente	10 ⁹ USD	-449,7	-376,8	-389,5	-411,5	-457,3	-466,3
Saldo da balança corrente	% do PIB	-2,8	-2,3	-2,2	-2,3	-2,4	-2,4
Taxa de câmbio – média	1EUR=xUSD	1,29	1,33	1,33	1,10	1,06	1,12

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)
Notas: (a) Valores atuais; (b) Previsões

Em 2010, a economia americana cresceu 2,5% face ao ano anterior, quando as economias desenvolvidas aumentaram em média 2,9% (a Zona Euro cresceu em média 2,1%) e a China registava uma taxa de crescimento na ordem dos 10%. Em 2011, o produto interno bruto (PIB) abrandou o ritmo de crescimento (+1,6% face a 2010) e, entre 2012 e 2014 registou um crescimento médio anual de 2%. No mesmo período, a produção industrial cresceu em média 3,6% e a procura interna 2%. Também o défice do sector público registou uma redução significativa (-2,8% do PIB em 2014), o mesmo acontecendo com o saldo da balança corrente (-2,2% do PIB).

Para o ano em curso, as estimativas da EIU (*Economist Intelligence Unit*) apontam para um abrandamento económico no 2º semestre, devendo a taxa de crescimento do PIB situar-se em 2,5% (2,4% em 2014). Para este cenário, contribuem o elevado consumo privado (suportado por um crescimento significativo do emprego, dos salários reais e do rendimento disponível), um incremento dos empréstimos, um aumento da confiança dos consumidores e o crescimento do sector imobiliário. Este maior dinamismo do ambiente doméstico é, apesar de tudo, condicionado, por dois fatores opostos: uma moeda forte, que tem reduzido a procura externa, e a descida dos preços do petróleo, que tem travado o investimento no sector energético.

Impulsionada pela baixa cotação do petróleo - que provocou uma diminuição dos custos com o aquecimento central e transportes -, e por um dólar forte, que conduziu a uma diminuição dos custos dos bens importados, em 2015 a taxa de inflação deverá fixar-se em 0,2%. Nos meses seguintes, irá aumentar a pressão sobre os preços em função da subida dos salários, do provável aumento gradual das taxas de juros por parte do *Fed* (Federal Reserve, o banco central) e de uma forte procura. Neste cenário, o EIU antecipa que, entre 2016 e 2018, a taxa de inflação cresça para uma média anual de 2,8%.

Um dólar fortalecido provoca uma perda de competitividade das exportações americanas e retrai a procura externa, pelo que o EIU perspectiva, para o corrente ano, um ligeiro agravamento do défice da balança corrente, devendo este, nos anos seguintes, fixar-se entre 2% e 3% do PIB em consequência de uma moeda forte e de desequilíbrios estruturais que vão agravando o défice da balança comercial. Se bem que a baixa cotação do petróleo provoque uma redução do investimento no sector energético, a produção doméstica de gás e petróleo vai continuar a crescer, embora a um ritmo mais lento. A crescente autossuficiência energética dos EUA conduzirá a uma diminuição das importações, muito embora, e enquanto maior consumidor mundial de petróleo, o país continuará a ser um importante importador a nível global.

Em 2014, a balança comercial registou um défice de 742 mil milhões dólares e o défice da balança corrente atingiu 2,2% do PIB. Apesar de se verificarem progressos no que respeita à liberalização do comércio, nomeadamente com a celebração de mais acordos de livre circulação, a economia americana continua a manter medidas protecionistas, sobretudo em relação à China, que apresenta um elevado *superavit* comercial com os EUA.

Os recentes anos de austeridade permitiram a consolidação das contas públicas e a despesa pública volta a apoiar o crescimento económico. A crise financeira fez com que a regulação dos mercados financeiros passasse a ser uma prioridade. Concluído, no final de outubro de 2014, o programa de compra de obrigações mensais, a Reserva Federal deverá, pela primeira vez em 9 anos, voltar a subir as taxas de juro.

Com o aproximar das eleições presidenciais, a atividade governamental é quase relegada para segundo plano. Ainda assim, a administração Obama pretende garantir a aprovação do Congresso da *Trans-Pacific Partnership*, um pacto envolvendo 12 Estados e que tem por objetivo a redução significativa de barreiras ao comércio e ao investimento.

2.2. Comércio Internacional

Os EUA desempenham um papel fundamental nas relações comerciais internacionais, ocupando o 2º lugar no *ranking* de exportadores (depois da China), com 8,5% do valor global das exportações mundiais em 2014, e o 1º lugar no *ranking* de importadores, respondendo por 12,6% das importações mundiais no mesmo ano.

O saldo da balança comercial dos EUA é tradicionalmente deficitário tendo superado 792 mil milhões de USD em 2014, a que correspondeu um coeficiente de cobertura das importações de 67,2%, o segundo mais elevado do período em análise (2010-2014).

Entre 2010 e 2014, as exportações americanas registaram um crescimento médio anual de 6,3%, ou seja, um ritmo ligeiramente superior ao das importações (5,4%). As estimativas do EIU, em termos nominais, para o ano de 2015 apontam para decréscimos nos dois fluxos do comércio externo (variações negativas de 2,1% e 1,1%, respetivamente, em relação às exportações e às importações).

Evolução da Balança Comercial

(10 ⁶ USD)	2010	2011	2012	2013	2014
Exportação fob	1 278 495	1 482 508	1 545 703	1 579 593	1 620 532
Importação fob	1 969 184	2 266 024	2 336 524	2 329 060	2 412 547
Saldo	-690 689	-783 516	-790 821	-749 467	-792 015
Coeficiente de cobertura (%)	64,9	65,4	66,2	67,8	67,2
Posição no <i>ranking</i> mundial					
Como exportador	2ª	2ª	2ª	2ª	2º
Como importador	1ª	1ª	1ª	1ª	1º

Fonte: World Trade Organization (WTO)

De acordo com o *International Trade Centre* (ITC), os principais clientes dos Estados Unidos são o Canadá e o México (34,1% do total exportado em 2014), seguidos pela China, Japão e Reino Unido.

Este grupo de países representou 49,1% das exportações totais norte-americanas em 2014 (48,1% em 2013).

Principais Clientes

Mercado	2012		2013		2014	
	Quota%	Posição	Quota%	Posição	Quota%	Posição
Canadá	18,9	1 ^a	19,1	1 ^a	19,3	1 ^a
México	14,0	2 ^a	14,3	2 ^a	14,8	2 ^a
China	7,2	3 ^a	7,7	3 ^a	7,6	3 ^a
Japão	4,5	4 ^a	4,1	4 ^a	4,1	4 ^a
Reino Unido	3,6	5 ^a	3,0	5 ^a	3,3	5 ^a
Portugal	0,07	78 ^a	0,05	84 ^a	0,07	78 ^a

Fonte: *International Trade Centre (ITC)*

O Canadá é um cliente fronteiriço que absorveu 19,3% do total exportado em 2014, verificando-se uma ligeira subida de quota nos últimos três anos. Na segunda posição surge o México (14,8%), que regista, igualmente, uma subida gradual de quota no mesmo período.

Destaca-se ainda a importância ganha pela China como cliente comercial dos Estados Unidos, que passou de uma quota de 2,1% do total das vendas dos EUA em 2000, para 7,6% em 2014, ultrapassando o Japão em 2007, que agora ocupa o 4º lugar (em 2000 era o 3º maior cliente com uma quota de 8,4%).

No último ano, 17,1% das exportações dos EUA tiveram como destino os países da União Europeia¹. Os principais clientes dos EUA dentro deste espaço geográfico, em 2014, foram o Reino Unido (3,3% das exportações totais, 5º cliente), a Alemanha (3% de quota, 6º cliente), os Países Baixos (2,7% de quota, 9º cliente), a Bélgica (2,1% de quota, 12º cliente), a França (2,0% de quota, 13º cliente), e a Itália (1% de quota, 22º cliente) que, em conjunto, absorveram 14,1% do total exportado por este país.

Portugal foi o 78º cliente dos EUA em 2014, sendo que as suas compras representaram 0,07% das exportações norte-americanas, quota que se tem mantido ao longo dos últimos anos.

¹ De salientar que em 2009 as exportações para a UE representaram 20,9% do total, tendo-se verificado uma diminuição gradual da quota até 2014.

Principais Fornecedores

Mercado	2012		2013		2014	
	Quota %	Posição	Quota %	Posição	Quota %	Posição
China	18,7	1 ^a	19,4	1 ^a	19,9	1 ^a
Canadá	14,2	2 ^a	14,6	2 ^a	14,8	2 ^a
México	12,2	3 ^a	12,4	3 ^a	12,5	3 ^a
Japão	6,4	4 ^a	6,1	4 ^a	5,7	4 ^a
Alemanha	4,8	5 ^a	5,0	5 ^a	5,3	5 ^a
Portugal	0,11	62 ^a	0,12	58 ^a	0,14	58 ^a

Fonte: *International Trade Centre (ITC)*

No que diz respeito aos principais fornecedores dos EUA, destacam-se a China, o Canadá e o México, seguidos do Japão e da Alemanha, que em conjunto foram responsáveis por 58,2% do total importado em 2014. À exceção do Japão, os restantes principais fornecedores têm vindo a registar um aumento de quota de mercado ao longo dos últimos três anos.

Em 2014, 17,8% dos bens importados pelos EUA teve origem em países da União Europeia, o valor mais elevado dos últimos cinco anos. As importações provenientes da União Europeia registaram um acréscimo de 0,7% face a 2013, destacando-se como principais fornecedores a Alemanha (5^o maior fornecedor com uma quota de 5,3% em 2014), o Reino Unido (7^o fornecedor com uma quota de 2,3%), a França (9^o fornecedor com uma quota de 2%), a Itália (11^o fornecedor com uma quota de 1,8%) e a Irlanda (13^o com uma quota de 1,4%).

Portugal foi o 58^o fornecedor dos EUA em 2014, representando 0,14% das importações norte-americanas.

Convém salientar que as transações dos EUA com a União Europeia contribuíram com 19,4% (17,7% em 2013) para o défice da balança comercial norte-americana em 2014. De salientar que o défice com a UE tem vindo a agravar-se ao longo dos últimos anos, tendo atingido 141,2 mil milhões de USD em 2014. No entanto, é de destacar que o saldo comercial deficitário com a China (-343 mil milhões de USD) representa 47,2% do défice comercial do país.

Relativamente aos principais produtos transacionados, destacam-se, em relação à estrutura das exportações norte-americanas, as máquinas e aparelhos mecânicos e elétricos (24,2% do total em 2014) que conjuntamente com os combustíveis e óleos minerais, veículos automóveis e aeronaves e partes, representaram 49,9% do total exportado em 2014 (49,2% no ano anterior).

Principais Produtos Transacionados – 2014

Exportações	% Total	Importações	%
84-Máquinas e equipamentos mecânicos	13,6	27-Combustíveis/óleos minerais	14,8
85-Máquinas e equipamentos elétricos	10,6	84-Máquinas e equipamentos mecânicos	13,8
27-Combustíveis/óleos minerais	9,6	85-Máquinas e equipamentos elétricos	13,4
87-Veículos automóveis, outros veíc. e partes	8,4	87-Veículos automóveis, outros veíc. e partes	11,1
88-Aeronaves e out. aparelhos aéreos, e suas partes	7,7	90-Instrumentos de ótica, fotografia e medida	3,2

Fonte: *International Trade Centre (ITC)*

Quanto às importações, destacam-se como principais grupos, os combustíveis e óleos minerais que representaram 14,8% do total em 2014 (16,7% no ano anterior), registando um decréscimo de 3,8% face a 2012. Seguiram-se as máquinas e aparelhos mecânicos e elétricos (representaram, em conjunto, 27,2% do total), os veículos automóveis e outro material de transporte (11,1%) e um conjunto de outros produtos de peso bastante inferior.

Os mais importantes fornecedores destes principais produtos importados foram, em 2014, os seguintes: combustíveis e óleos minerais - o Canadá (33,7%), a Arábia Saudita (13,2%), o México (8,7%) e a Venezuela (8,4%); máquinas mecânicas e elétricas - a China (33,5% e 40,4%, respetivamente), o México (13,9% e 18,5%) e o Japão (9,6% e 5,5%); veículos automóveis e outro material de transporte - o México (26%), o Canadá (21,4%) e o Japão (17,3%).

2.3. Investimento

Os Estados Unidos da América são os maiores investidores em mercados externos (24,9% do investimento mundial em 2014), representando também o terceiro destino de investimento direto estrangeiro (IDE), absorvendo 7,2% do total em 2014. A atratividade do mercado resulta da sua dimensão, do ambiente empresarial favorável, do elevado número de oportunidades e da presença de praticamente todas as grandes empresas multinacionais.

Investimento Direto

(10 ⁹ USD)	2010	2011	2012	2013	2014
Investimento estrangeiro nos EUA	198,0	230,0	169,7	230,7	92,4
Investimento dos EUA no estrangeiro	277,8	396,6	311,3	328,3	336,9
Posição no <i>ranking</i> mundial					
Como recetor	1 ^a	1 ^a	1 ^a	1 ^a	3 ^a
Como emissor	1 ^a	1 ^a	1 ^a	1 ^a	1 ^a

Fonte: UNCTAD – *World Investment Report*

Nota: Valores líquidos

A análise dos dados do *World Investment Report* (UNCTAD) permite concluir que a entrada de capitais externos nos EUA regrediu substancialmente a partir de 2008, quando atingiu 310,1 mil milhões de USD. Em 2009 o IDE não foi além de 143,6 mil milhões de USD, recuperando nos anos seguintes para cair, abruptamente, para 92,4 mil milhões de USD em 2014.

Segundo estimativas do EIU, o *stock* total de IDE ascende a 2 901 mil milhões de USD, o que corresponde a 16,7% do PIB e a 9 099 USD *per capita*. No último ano, os fluxos de IDE representaram 0,8% do PIB e 4,7% da formação bruta de capital fixo.

Os dados do *Bureau of Economic Analysis* (BEA) revelam que os principais países de origem de IDE, em 2013 (último ano disponível), foram o Reino Unido, o Japão, os Países Baixos, o Canadá, a França, a Suíça, a Alemanha e o Luxemburgo. Por regiões, a UE destaca-se como maior investidor nos EUA, representando cerca de 61% do total. As principais áreas de destino do IDE na economia norte-americana, de acordo com o BEA, foram o sector transformador, outras indústrias, finanças e seguros e o sector do comércio por grosso.

Em relação ao investimento no exterior por parte de agentes económicos dos EUA, em 2013 foi registado um valor da ordem de 336,9 mil milhões de USD, correspondente a um acréscimo de 2,6% face ao ano anterior. De acordo com os dados do BEA, os principais países recetores de investimento, em 2013, foram os Países Baixos, o Reino Unido, o Luxemburgo, o Canadá, a Irlanda, a Suíça e a Alemanha. A Europa foi a principal região de destino do investimento direto norte-americano, representando 55,9% do total em 2013.

Segundo o BEA, as principais aplicações dos fluxos de investimento norte-americano no exterior destinaram-se a participações em *holdings* não financeiras, finanças e seguros, seguindo-se a indústria transformadora, outras indústrias, e indústria mineira.

2.4. Turismo

Ao longo dos anos, o turismo tem vindo a ganhar importância na economia norte-americana, sendo uma relevante fonte de divisas e um sector gerador de emprego. Em 2014, os Estados Unidos da América foram o segundo país mais visitado por turistas a nível mundial (depois de França) e o primeiro no que diz respeito às receitas.

De acordo com o WTO (*World Tourism Organization*), a indústria de turismo representou 1,3% do PIB em 2014 e foi responsável pelo emprego direto de 5,7 milhões de trabalhadores. Os EUA receberam aproximadamente 75 milhões de turistas (+6,4% face ao ano anterior), o que significa ter acolhido cerca de 6,6% do total dos turistas registados a nível mundial, conseguindo arrecadar 177,2 mil milhões de USD de receitas (+2,4% relativamente a 2013), colocando-se na 1ª posição em termos de receitas turísticas.

No período de 2010 a 2014, a média anual de crescimento do número de turistas que visitaram os EUA foi de 5,7%, enquanto as receitas do turismo aumentaram 6,7% (média anual).

Indicadores do Turismo

	2010	2011	2012	2013	2014
Turistas (10 ⁶)	60,0	62,8	66,7	70,0	74,8
Receitas (10 ⁹ USD)	137,0	150,9	161,6	173,0	177,2

Fonte: World Tourism Organization

Ainda de acordo com a *WTO*, os cinco principais mercados de origem dos turistas que visitaram os EUA em 2014, foram o Canadá (30,8% do total), o México (23,2%), o Reino Unido (5,3%), o Japão (4,8%) e o Brasil (3,0%), que em conjunto representaram 67,1% do total. De salientar que, à exceção do Canadá, se verificou uma evolução positiva destes países enquanto emissores de turistas para os EUA, com particular destaque para o México, que registou um aumento de 19,2% face a 2013.

Enquanto emissor de turistas, o mercado norte-americano detém uma quota de 6% a nível mundial, tendo gerado 68,3 milhões de turistas em 2014, correspondente a gastos da ordem de 110,8 mil milhões de USD.

3. Relações Económicas com Portugal

3.1 Comércio de Bens e Serviços

Os EUA representam um importante mercado para o comércio internacional português de bens e serviços. Em 2014, a quota dos EUA foi de 4,6%, enquanto cliente, e de 2,4%, como fornecedor, ambas em linha com as registadas no período em análise (2010-2014) e à semelhança do que tinha acontecido no ano anterior.

Quota dos EUA no Comércio Internacional Português de Bens e Serviços

	Unidade	2010	2011	2012	2013	2014
EUA como cliente de Portugal	% Export.	4,0	3,9	4,5	4,6	4,6
EUA como fornecedor de Portugal	% Import.	2,2	2,5	2,5	2,4	2,4

Fonte: Banco de Portugal

Nos últimos cinco anos a balança comercial de bens e serviços entre Portugal e os EUA tem sido amplamente favorável ao nosso país. De salientar que o crescimento médio anual das exportações, no período 2010-2014, foi de 11%, enquanto as importações aumentaram 4,1%.

Em 2014, as vendas de bens e serviços para o mercado aumentaram 3,6% face ao ano anterior, e as importações registaram um acréscimo de 8,1%, tendo o saldo alcançado mais de 1,6 mil milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 196,6%.

No período Janeiro-Agosto de 2015, os valores das exportações e das importações de bens e serviços registaram crescimentos, respetivamente, de 22,6% e 8,4%, face ao período homólogo do ano anterior, continuando o saldo a ser favorável a Portugal. O coeficiente de cobertura, nesse período, foi de 223,1%.

Balança Comercial de Bens e Serviços de Portugal com os EUA

(10 ⁶ EUR)	2010	2011	2012	2013	2014	Var % 14/10 ^a	2014 jan/ago	2015 jan/ago	Var % 15/14 ^b
Exportações	2 178,3	2 398,2	2 890,2	3 168,8	3 287,8	11,0	2 133,8	2 615,2	22,6
Importações	1 452,2	1 730,5	1 575,6	1 553,2	1 672,2	4,1	1 081,7	1 172,3	8,4
Saldo	726,1	667,8	1 314,7	1 615,6	1 615,6	--	1 052,1	1 442,8	--
Coef. cobertura	150,0	138,6	183,4	204,0	196,6	--	197,3	223,1	--

Fonte: Banco de Portugal; Unidade

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014; (b) Taxa de variação homóloga 2014-2015

Devido a diferenças metodológicas de apuramento, o valor referente a "Bens e Serviços" não corresponde à soma

["Bens" (INE) + "Serviços" (Banco de Portugal)]. Componente de Bens com base em dados INE, ajustados para valores f.o.b.

3.1.1. Comércio de Bens

No que diz respeito ao comércio de bens, os Estados Unidos da América mantiveram, no último ano, o seu posicionamento como cliente de Portugal, ocupando o 6º lugar (2ª fora do contexto da UE), representando 4,4% do total de vendas de Portugal ao exterior. Nos primeiros oito meses de 2015 os EUA ascenderam ao 5º lugar, tendo a sua quota subido para 5,4%.

Posição e Quota dos EUA no Comércio Internacional Português de Bens

	Unidade	2010	2011	2012	2013	2014	2015 jan/ago
EUA como cliente de Portugal	Posição	8ª	8ª	7ª	6ª	6ª	5ª
	% Exp.	3,5	3,5	4,1	4,2	4,4	5,4
EUA como fornecedor de Portugal	Posição	11ª	12ª	11ª	11ª	10ª	10ª
	% Imp.	1,4	1,9	1,7	1,5	1,6	1,6

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Enquanto fornecedor, o mercado americano ocupou o 10º lugar em 2014, a melhor posição do período 2010-2014, mantendo a mesma posição no período de janeiro a agosto de 2015 (1,6% do total importado).

Desde 1997 que o saldo da balança comercial com os EUA tem sido favorável a Portugal, tendo atingido 1 192 milhões de euros em 2014, a que correspondeu um coeficiente de cobertura das importações de 229,8%, o segundo mais elevado dos últimos cinco anos.

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa média anual de crescimento das exportações portuguesas, entre 2010 e 2014, foi de 12,6%, enquanto as importações cresceram a um ritmo francamente inferior: 4,1%.

Nos primeiros oito meses de 2015, quando comparado com idêntico período do ano anterior, mantém-se a tendência positiva das exportações portuguesas para os EUA, mas a um ritmo de crescimento mais acelerado (32%). No mesmo período, as importações regressaram à tendência observada entre 2012 e 2013, tendo registado uma quebra de 1,1%.

Balança Comercial de Bens de Portugal com os EUA

(10 ⁶ EUR)	2010	2011	2012	2013	2014	Var % 14/10 ^a	2014 jan/ago	2015 jan/ago	Var % 15/14 ^b
Exportações	1 322,9	1 496,2	1 865,5	1 997,7	2 110,4	12,6	1 350,9	1 782,9	32,0
Importações	841,7	1 141,6	961,7	842,7	918,4	4,1	626,8	620,2	-1,1
Saldo	481,3	354,6	903,8	1 155,1	1 192,0	--	724,2	1 162,8	--
Coef. Cobertura (%)	157,2	131,1	194,0	237,1	229,8	--	215,5	287,5	--

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística;

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014

(b) Taxa de variação homóloga 2014-2015

2010 a 2013: resultados definitivos; 2014 resultados provisórios; 2015: resultados preliminares

A estrutura das exportações portuguesas para os Estados Unidos da América tem vindo, ao longo dos últimos anos, a sofrer alterações substanciais. Nos anos 90, as nossas principais vendas para o mercado eram, em termos de valor e por ordem decrescente – calçado, roupa de cama, cortiça, moldes, tecidos e vinhos. Em 2014, as principais exportações passaram a ser os combustíveis minerais, que representaram 25,4% do total, seguindo-se as máquinas e aparelhos (elétricos e mecânicos), produtos químicos e matérias têxteis. Estes quatro grupos de produtos, no seu conjunto, foram responsáveis por 52,9% do total exportado para os EUA em 2014 (57,2% em 2013). À exceção dos combustíveis minerais, as exportações relativas aos restantes três grupos sofreram acréscimos face a 2013.

Cabe realçar ainda, para além destes, os grupos de produtos que mais cresceram no último ano face a 2013: o calçado (+69,5%), outros produtos (+33,3%), os instrumentos de ótica e precisão (+19,1%), e os produtos agrícolas (+10,9%).

Exportações por Grupos de Produtos

(10 ⁶ EUR)	2010	% Tot 10	2013	% Tot 13	2014	% Tot 14	Var % 14/13
Combustíveis minerais	365,0	27,6	651,8	32,6	535,7	25,4	-17,8
Máquinas e aparelhos	159,7	12,1	181,2	9,1	205,8	9,8	13,6
Químicos	52,2	3,9	88,5	4,4	205,1	9,7	131,7
Matérias têxteis	130,6	9,9	153,4	7,7	168,4	8,0	9,8
Madeira e cortiça	122,5	9,3	155,1	7,8	166,5	7,9	7,4
Pastas celulósicas e papel	82,0	6,2	112,7	5,6	112,8	5,3	0,1
Minerais e minérios	66,8	5,0	92,4	4,6	94,9	4,5	2,7
Veículos e outro mat.	71,2	5,4	101,4	5,1	94,4	4,5	-7,0
Alimentares	64,8	4,9	81,5	4,1	87,5	4,1	7,4
Plásticos e borracha	46,7	3,5	81,5	4,1	82,2	3,9	0,9
Metais comuns	34,3	2,6	83,4	4,2	81,2	3,8	-2,6
Vestuário	23,1	1,7	50,2	2,5	57,6	2,7	14,7
Calçado	12,0	0,9	26,9	1,3	45,6	2,2	69,5
Instrumentos de óptica e precisão	3,0	0,2	27,7	1,4	33,0	1,6	19,1
Agrícolas	22,5	1,7	28,8	1,4	31,9	1,5	10,9
Peles e couros	1,6	0,1	1,5	0,1	1,6	0,1	5,7
Outros produtos	41,1	3,1	79,7	4,0	106,3	5,0	33,3
Valores confidenciais	23,8	1,8					§
Total	1 322,9	100,0	1 997,7	100,0	2 110,4	100,0	5,6

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Nota: § - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2013

Nos primeiros oito meses do corrente ano, face ao período homólogo do ano anterior, verificou-se um acréscimo significativo do principal grupo de produtos exportado para os EUA - combustíveis minerais (+58,9%) - enquanto os produtos químicos aumentaram 13,5%, passando para a 2ª posição do ranking das exportações, seguindo-se as máquinas e aparelhos (+18,8%), a madeira e cortiça (+7,3%) e as pastas celulósicas e papel (+6,2%). Estes cinco grupos de produtos representaram 61% das exportações no período referido.

Numa análise mais detalhada das exportações, a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada (NC), verifica-se que em 2014 os seis produtos mais representativos, por ordem decrescente, foram os seguintes: óleos de petróleo ou minerais betuminosos (25,4% do total, com um decréscimo de 17,8% face a 2013); medicamentos em dose ou acondicionados (7,5% com uma subida de 309,3%), papel e cartão, não revestidos, usados para escrita ou outros fins gráficos (5,2%, com uma descida de 0,8%);

obras de cortiça natural (4,3%, com um aumento de 19%); roupas de cama, mesa, toucador ou cozinha (3%, com um decréscimo de 6%) e pneumáticos novos, de borracha (2,9%, com uma descida de 7,1%).

Em termos de grau de intensidade tecnológica, dados do GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos (Ministério da Economia) indicam que a estrutura das exportações de produtos industriais transformados é encabeçada pelos bens de média-baixa tecnologia, com 37,6% do total em 2014, seguindo-se os produtos de baixa tecnologia (33,5%), alta tecnologia (16,2%) e de média-alta tecnologia (12,7%). De assinalar que as exportações de produtos industriais transformados representam 98,4% das exportações totais para os EUA.

O INE registou 2 562 empresas exportadoras a operar com este mercado em 2014, mais 6,9% do que as registadas no ano anterior, sendo que em 2010 tinham sido contabilizadas 2 107.

Importações por Grupos de Produtos

(10 ⁶ EUR)	2010	% Tot 2010	2013	% Tot 2013	2014	% Tot 2014	Var % 14/13
Combustíveis minerais	105,0	12,5	153,1	18,2	197,7	21,5	29,1
Máquinas e aparelhos	196,1	23,3	204,0	24,2	193,9	21,1	-5,0
Agrícolas	142,2	16,9	156,4	18,6	180,5	19,7	15,4
Veículos e outro mat. transporte	118,8	14,1	63,6	7,5	84,5	9,2	33,0
Químicos	98,5	11,7	34,1	4,1	48,0	5,2	40,6
Instrum. de ótica e precisão	48,2	5,7	39,8	4,7	40,3	4,4	1,3
Madeira e cortiça	37,2	4,4	29,5	3,5	32,1	3,5	8,9
Alimentares	19,8	2,3	33,2	3,9	26,4	2,9	-20,5
Plásticos e borracha	17,9	2,1	20,5	2,4	25,4	2,8	23,8
Metais comuns	15,3	1,8	33,5	4,0	23,0	2,5	-31,3
Pastas celulósicas e papel	14,9	1,8	14,0	1,7	15,1	1,6	7,7
Minerais e minérios	5,7	0,7	9,4	1,1	8,1	0,9	-14,1
Matérias têxteis	4,7	0,6	5,9	0,7	6,2	0,7	5,2
Peles e couros	1,0	0,1	1,7	0,2	3,3	0,4	89,9
Vestuário	1,4	0,2	1,1	0,1	1,5	0,2	28,5
Calçado	0,4	0,1	0,3	0,0	0,3	0,0	-0,1
Outros produtos	12,4	1,5	42,5	5,0	32,2	3,5	-24,3
Valores confidenciais	2,2	0,3					§
Total	841,7	100,0	842,7	100,0	918,4	100,0	9,0

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Nota: § - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2012

No que se refere às importações provenientes dos EUA, em 2014 registou-se uma concentração em três grupos de produtos - combustíveis minerais (21,5% do total), máquinas e aparelhos (21,1%) e produtos agrícolas (19,7%). Estes três agregados representaram 62,3% do total importado deste mercado. Tanto as importações de combustíveis minerais como de produtos agrícolas tiveram acréscimos relevantes no

último ano (+29,1% e +15,4%, respetivamente), enquanto as máquinas e aparelhos regrediram 5% face a 2013.

Entre janeiro e agosto de 2015, face ao período homólogo do ano anterior, verificou-se um aumento de 0,8% das importações de máquinas e aparelhos, passando para a 1ª posição do *ranking* das importações, enquanto as aquisições de veículos e outro material de transporte (2ª posição) registaram um acréscimo de 78,6%. Seguiram-se, por esta ordem, os produtos agrícolas (-27,3%) e os combustíveis minerais (-53%). Estes quatro grupos de produtos representaram 66,3% das importações no período referido.

Numa análise mais detalhada (a quatro dígitos da NC), são de destacar os seguintes produtos importados: soja, mesmo triturada, que representou 12,9% do total em 2014, os gases de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos (12,2%) e os turborreatores, turbopropulsores e outras turbinas a gás (10,3%).

Considerando as importações de produtos industriais transformados por grau de intensidade tecnológica, verifica-se que a maior representatividade, em 2014, recaiu nos graus média-baixa, com 31,1% do total, e média-alta, com 30,4%, seguindo-se a alta intensidade (25%) e a baixa (13,5%). De assinalar que as importações de produtos industriais transformados representaram 76,6% das importações totais.

3.1.2. Serviços

No âmbito dos serviços, e segundo dados do Banco de Portugal, constata-se que em 2014 os EUA foram responsáveis por 5% das vendas de Portugal ao exterior e por 7,6% das aquisições, este último o valor mais elevado dos últimos cinco anos. De janeiro a agosto de 2015 verificou-se uma ligeira subida das nossas exportações.

Quota dos EUA no Comércio Internacional Português de Serviços

	Unid.	2010	2011	2012	2013	2014	2015 Jan/Ago
EUA como cliente de Portugal	% Exp.	5,0	5,2	5,2	5,4	5,0	5,1
EUA como fornecedor de Portugal	% Imp.	6,7	6,8	7,0	7,5	7,6	7,6

Fonte: Banco de Portugal

À semelhança do que acontece no comércio de mercadorias, na área dos serviços a balança bilateral tem sido favorável a Portugal e registou uma evolução positiva ao longo dos últimos cinco anos. As exportações de serviços para os EUA atingiram 1 187 milhões de euros em 2014 (praticamente o mesmo valor do que o registado em 2013), enquanto as importações alcançaram 921,2 milhões de euros (+11,3%), o que se traduziu num *superavit* de 266 milhões de euros, o valor mais baixo dos últimos três anos.

Os últimos dados disponíveis, relativos aos primeiros oito meses de 2015, indicam que as exportações portuguesas de serviços registaram uma subida de 5,5% relativamente ao período homólogo do ano anterior, enquanto as importações aumentaram 9,1%. O excedente traduziu-se em 204,1 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 4,4% face ao período homólogo.

Balança Comercial de Serviços de Portugal com os EUA

(10 ⁶ EUR)	2010	2011	2012	2013	2014	Var % 14/10 ^a	2014 jan/ago	2015 jan/ago	Var % 15/14 ^b
Exportações	863,8	1 001,0	1 051,0	1 187,7	1 187,2	8,5	790,3	833,8	5,5
Importações	726,1	762,9	744,3	817,4	921,2	6,3	577,0	629,7	9,1
Saldo	137,7	238,1	306,7	370,3	266,0	--	213,4	204,1	--
Coef. Cobertura (%)	119,0	131,2	141,2	145,3	128,9	--	137,0	132,4	--

Fonte: Banco de Portugal;

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento no período 2010-2014; (b) Taxa de variação homóloga 2014-2015

Ainda segundo o Banco de Portugal, são as viagens e turismo (41,4% do total exportado em 2014) e os transportes (28,4%) que mais se destacam nas exportações portuguesas de serviços para os EUA.

Em relação às importações, sublinha-se a importância dos transportes (30,4% do total em 2014) e dos outros serviços fornecidos por empresas (24,7%).

3.2. Investimento

Em matéria de relações de investimento direto com os EUA, e ao longo dos últimos cinco anos, na ótica do princípio direcional, verifica-se um decréscimo do Investimento Direto Português no Exterior (IDPE) face àquele país, a uma média anual de 41,4%, enquanto o investimento direto dos EUA em Portugal evoluiu positivamente a uma média anual de 187,8%.

Fluxos de Investimento Direto entre Portugal e os EUA – Princípio Direcional

	2010	2011	2012	2013	2014	Var % 14/10 ^a	2014 jan/jun	2015 jan/jun	Var % 15/14 ^b
IDPE	120,5	62,4	89,3	35,7	-0,1	-41,4	4,4	15,5	253,5
IDE	-190,5	62,2	-221,8	21,1	224,9	187,8	239,9	66,8	-72,2
Líquido	310,9	0,2	311,0	14,6	-225,0	--	-235,5	-51,3	--

Fonte: Banco de Portugal

Unidade: Variações líquidas em Milhões de Euros

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014; (b) Taxa de variação homóloga 2014-2015

Princípio Direcional: reflete a direção do investimento, isto é, o Investimento Direto de Portugal no Exterior (IDPE) e o Investimento Direto do Exterior em Portugal (IDE)

Em 2014, o IDPE face aos EUA, em termos líquidos, registou um valor negativo de 0,1 milhões de euros, contrastando com o valor do IDE norte-americano que atingiu 224,9 milhões de euros. Dados relativos

ao período de janeiro a junho de 2015, indicam um investimento português de 15,5 milhões de euros, enquanto o valor do IDE foi de 66,8 milhões de euros.

No que respeita à posição de investimento direto entre os dois países, o *stock* dos ativos de Portugal nos EUA totalizava 1 535,9 milhões de euros no final de junho de 2015 (um aumento de 18,4% face à posição homóloga de 2014), e a 1 573,3 milhões de euros no que respeita ao *stock* de investimento direto dos EUA no nosso país (mais 3,8% comparativamente a junho de 2014). Estes montantes indicam que os EUA representavam, no final de junho de 2015, 3,3% e 1,5% do *stock* de investimento direto total de Portugal no exterior e vice-versa, respetivamente.

Posição (stock) de Investimento Direto entre Portugal e os EUA – Princípio Direcional

(10 ⁶ EUR)	2010 dez	2011 dez	2012 dez	2013 dez	2014 dez	Var % 14/10 ^a	2014 jun	2015 jun	Var % 15/14 ^b
IDPE	1 141,6	1 099,9	1 114,4	1 481,9	1 421,3	6,6	1 297,6	1 535,9	18,4
% Tot Portugal	2,4	2,3	2,6	3,5	3,4	--	3,0	3,3	--
IDE	1 539,2	1 347,9	1 618,6	1 281,0	1 505,9	1,1	1 516,4	1 573,3	3,8
% Tot Portugal	1,8	1,7	1,8	1,4	1,7	--	1,6	1,5	--
Líquido	-397,6	-248,0	-504,2	200,9	-84,6	--	-218,9	-37,5	--

Fonte: Banco de Portugal

Unidade: Posições em fim de período em Milhões de Euros

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais em 2010 dez-2014 dez; (b) Taxa de variação homóloga 2014 jun-2015 jun

Princípio Direcional: reflete a direção do investimento, isto é, o Investimento Direto de Portugal no Exterior (IDPE) e o Investimento Direto do Exterior em Portugal (IDE)

É de salientar que enquanto destino do investimento direto português no exterior (IDPE), e segundo dados do Banco de Portugal, os EUA assumiram o 9º lugar em 2014. Os sectores predominantes do IDPE nos EUA, nos últimos anos, têm sido nas energias renováveis, infraestruturas, saúde, base tecnológica e comércio.

Existem cerca de 100 operações de empresas nacionais nos EUA, repartidas pelos mais variados sectores. Note-se que, nos últimos anos, o investimento se português caracteriza por uma maior componente tecnológica e maior valor acrescentado. É, ainda, relevante mencionar que o tipo de entrada no mercado mais comum tem sido a aquisição de empresas já existentes.

3.3. Turismo

O mercado dos EUA como emissor de turistas para Portugal contribuiu com cerca de 815 mil dormidas em 2014 (+5,9% face ao ano anterior) e com 491 milhões de euros de receitas (+2,6%), as quais representaram 4,7% do total das receitas realizadas por estrangeiros, colocando os EUA como o 5º mercado da procura externa do nosso país (em termos de receitas geradas).

Dados referentes a 2015 (janeiro a agosto) confirmam que o mercado americano tem vindo a consolidar a sua posição em termos de dormidas (605,9 mil), as quais registaram um crescimento de 15,5% face a

idêntico período de 2014. No que se refere às receitas (354,6 milhões de euros), verificou-se uma subida de 7,9%.

Turismo dos EUA em Portugal

	2010	2011	2012	2013	2014	Var % 14/10 ^a	2014 jan/ago	2015 jan/ago	Var % 15/14 ^b
Receitas ^c	300,2	363,3	416,7	504,0	491,0	13,5	328,8	354,6	7,9
% do total ^d	3,9	4,5	4,8	5,4	4,7	--	4,8	4,7	--
Dormidas ^c	576,8	611,9	662,9	769,1	814,8	9,1	524,5	605,9	15,5
% do total ^d	2,4	2,4	2,4	2,6	2,5	--	2,4	2,6	--

Fontes: Banco de Portugal; Instituto Nacional de Estatística

Unidades: Receitas (Milhões de euros); Dormidas (Milhares de unidades)

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014; (b) Taxa de variação homóloga 2014-2015;

(c) Inclui apenas a hotelaria global; (d) Refere-se ao total de estrangeiros

De acordo com o Turismo de Portugal, a região de Lisboa foi o principal destino dos turistas americanos, com uma quota de 57% em termos de dormidas em 2014, seguida do Algarve e do Norte, ambas com 11%. Por outro lado, e no mesmo período, os hotéis concentraram 84% das dormidas de norte-americanos no nosso país.

4. Condições Legais de Acesso ao Mercado

4.1 Regime Geral de Importação

Apesar dos EUA apresentarem uma economia de mercado aberta ao exterior existem, ainda, muitas dificuldades de acesso ao mercado.

Não obstante a maioria dos bens aceda livremente ao mercado, a importação de certas categorias de produtos pode ser proibida ou condicionada, de modo a proteger a economia e a segurança nacionais, salvaguardar a saúde e o bem-estar dos consumidores e preservar a vida animal e vegetal. O *site* das Alfândegas norte-americanas – [Customs and Border Protection \(CBP\)](#) – disponibiliza informação atualizada sobre os [produtos sujeitos a restrições ou proibições](#).

A entrada de determinadas mercadorias neste território (ex.: laticínios;) pode encontrar-se, temporariamente, condicionada à aplicação de um [sistema de quotas](#) – [absolutas ou tarifárias](#) – administradas pelos serviços alfandegários.

A importação de bebidas alcoólicas, animais vivos e seus produtos, medicamentos, vegetais, frutos frescos e secos e laticínios está sujeita à emissão de uma [licença](#) por parte dos organismos governamentais competentes, como sejam o [Bureau of Alcohol, Tobacco and Firearms](#), o [Department of Commerce](#), o [Department of Agriculture](#) ou a [Food and Drug Administration \(FDA\)](#).

Por razões de proteção da saúde e segurança públicas e defesa dos consumidores e do meio ambiente, é exigida a apresentação de um certificado sanitário quando se trate da importação de animais vivos e produtos de origem animal (por ex, carnes e produtos derivados), e fitossanitário para plantas e produtos de origem vegetal. Pode ser exigido, também, um certificado de inspeção, que é emitido pelo [Animal and Plant Health Inspection Service](#), do Ministério da Agricultura, aquando da entrada dos produtos nos EUA.

Quanto à exportação de produtos de origem animal (ex.: carnes; laticínios; ovos) e de produtos de origem vegetal (ex.: plantas; frutas; sementes; e legumes), as empresas portuguesas devem inquirir, respetivamente, junto da [Divisão de Internacionalização e Mercados](#) e [Direção de Serviços de Sanidade Vegetal](#), da [Direção-Geral de Alimentação e Veterinária \(DGAV\)](#), sobre a possibilidade de realizar a exportação dos seus produtos para os EUA. Com efeito, pode não ser possível, desde logo, exportar produtos de origem animal ou vegetal para este mercado pelo facto de Portugal não se encontrar habilitado para a exportação (necessidade de acordo entre os serviços veterinários/fitossanitários de Portugal e país de destino no que se refere ao procedimento e/ou modelo de certificado sanitário/fitossanitário).

As barreiras não tarifárias às exportações do sector agroalimentar podem ser consultadas no [Portal GlobalAgriMar](#) (ver tema “Facilitação da Exportação” e, depois, “[Constrangimentos à Exportação](#)”), do [Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral – GPP](#), do [Ministério da Agricultura e do Mar \(MAM\)](#). O facto de determinados produtos não constarem na lista de constrangimentos à exportação não significa que Portugal esteja habilitado a exportar para o mercado. Eventualmente, pode nunca ter existido qualquer intenção de exportação por parte de empresas portuguesas, condição indispensável para a DGAV iniciar o processo de habilitação. Para melhor entendimento das várias fases destes processos, consultar, no referido Portal, a apresentação esquemática sobre os processos de habilitação para a exportação de:

- [Animais, produtos animais e produtos/subprodutos de origem animal](#);
- [Vegetais e produtos vegetais com risco fitossanitário](#).

Por outro lado, desde 12 de dezembro de 2003, que os estabelecimentos estrangeiros de produção, processamento, embalagem e armazenagem de produtos alimentares que pretendam exportar para os EUA devem, em conformidade com a Lei de Segurança da Saúde Pública e Prevenção Contra o Terrorismo – Lei do Bio Terrorismo ([Bioterrorism Act of 2002](#)), proceder ao respetivo registo da empresa junto da *FDA – Food and Drug Administration* ([Food Facility Registration](#)) e informar, antecipadamente, do envio dos produtos ([Prior Notice of Imported Foods](#)). Relativamente à *Prior Notice of Imported Foods*, esta pode ser efetuada por qualquer pessoa que disponha da informação necessária, pelo que, para além do exportador, também pode ser realizada pelo [transitário, importador ou agente americano](#).

De facto, na sequência dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, o Governo dos EUA aprovou (em junho de 2002) a referida Lei, que estabeleceu medidas de forma a proteger o abastecimento alimentar de ameaças terroristas.

As disposições legais preveem o registo das empresas alimentares / instalações de produção que fornecem o mercado norte-americano, a manutenção de registos de rastreabilidade, a notificação prévia de todos os produtos que entram nos EUA e a possibilidade de a *FDA* reter um produto no caso de o considerar uma ameaça com consequências graves para a saúde de pessoas e animais.

O processo de registo é obrigatório, como já foi referido, pelo que todos os proprietários ou responsáveis de empresas, nacionais ou estrangeiras, que produzam, processem, embalem ou armazenem produtos alimentares destinados a serem consumidos nos EUA, por pessoas e animais, são obrigados a registarem as suas instalações ou locais de produção. O registo é efetuado junto da *FDA*, preferencialmente na sua página da Internet, ou por correio (CD-ROM ou papel) ou fax. No final do processo, este organismo confirma o registo e atribui um número de registo.

Já em 2011, o Presidente Obama assinou uma legislação que irá dificultar ainda mais a importação de produtos alimentares, o [Food Safety Modernization Act](#). Esta lei, que se encontra ainda em fase de implementação, visa garantir a segurança alimentar de uma forma preventiva (e não reativa) através:

- Da responsabilização do importador pela qualidade do produto importado (verificação de que o fornecedor cumpre os requisitos técnicos de segurança alimentar exigidos internamente nos EUA) – proposta de regulamentação [Foreign Supplier Verification Program](#);
- Da exigência de certificação de conformidade para produtos alimentares de alto risco (se solicitado pelo *FDA*) – proposta de regulamentação [Accreditation of Third Party Auditors](#); ou
- Do estabelecimento de um programa voluntário de “importador qualificado” para acelerar a entrada dos produtos elegíveis desde que os importadores em causa adotem medidas adicionais específicas ao nível da segurança alimentar dos produtos importados.

A nova lei vem ainda alterar algumas disposições introduzidas pelo *Bioterrorism Act of 2002* como, por exemplo, as relativas ao registo das empresas alimentares / instalações de produção (*Food Facility Registration*) estabelecendo a necessidade de renovação bienal do respetivo registo.

Para mais informações sobre esta matéria os interessados devem consultar o [site da FDA](#) (que disponibiliza [alguma informação em português](#)).

Cumpram ainda destacar que os bens que se destinem ao consumo devem observar regras rígidas em termos de [rotulagem](#). Os géneros alimentícios, por exemplo, estão obrigados a conter um [rótulo nutricional](#), no qual se encontram inscritos os principais nutrientes utilizados na sua composição. Já no que respeita aos [produtos têxteis e de vestuário](#) é imperativo prestar informação em cada artigo sobre a composição do tecido, a designação do fabricante ou do importador e os cuidados de lavagem.

Para além deste aspeto, e de um modo geral, [todos os produtos que entram nos EUA devem indicar o país de origem, em inglês, de forma permanente e legível](#), não sendo aceitável, por exemplo, a utilização da expressão *Made in European Union* ([Marking of Country of Origin on U.S. Imports](#)).

No que se refere ao sistema pautal dos EUA, baseado no [HTSUS – Harmonized Tariff Schedule of the United States](#), é simples, beneficiando a maioria dos países do estatuto da Nação Mais Favorecida (*MFN – Most Favoured Nation*²), como sucede com todos os países da União Europeia.

Os encargos aduaneiros aplicados na importação dos produtos de origem comunitária nos EUA podem ser consultados no *site* da *Market Access Database (MADB)* – apenas acessível para quem está localizado na União Europeia), no tema [Tariffs](#), selecionando o mercado e o produto/código pautal³ (consultar a coluna *MNF – Most Favoured Nation*). Clicando no código pautal específico do produto (classificação mais desagregada), os interessados têm acesso a outras imposições fiscais para além dos direitos de importação (ex.: *sales tax, federal excise tax, merchandise processing fee, harbour maintenance fee*). Quanto à documentação (geral/específica) exigida para a importação das mercadorias neste país, os interessados podem obter informação acedendo ao tema [Procedures and Formalities](#) no já referido *site* da *MADB*⁴. É possível clicar nos *itens* aí referidos para obter informação pormenorizada sobre cada uma das formalidades/documentos, chamando-se especial atenção para a coluna *Country Overview*, na qual podem ser consultadas variadíssimas matérias, de entre as quais se destacam as importações proibidas, as importações de produtos de origem animal e vegetal, as regras de rotulagem e embalagem e a regulamentação técnica de produtos.

No que diz respeito à regulamentação técnica de produtos a sua complexidade e a exigência de procedimentos *standard* podem também levantar algumas dificuldades no acesso ao mercado. Por exemplo, ao nível dos requisitos e normas de segurança dos produtos os EUA regem-se por normas ASTM (*American Society for Testing and Materials*), com requisitos próprios, enquanto a Europa se guia por padrões Europeus EN/ISO (*International Organization for Standardization*), igualmente com legislação própria.

Quanto aos direitos aduaneiros cobrados à entrada de produtos de origem não comunitária (por ex, provenientes da China, da Índia, etc) os mesmos podem ser consultados no [site da United States International Trade Commission](#). A coluna “*Rates of Duty – Column 1 – General*” indica as taxas para a importação dos produtos originários da generalidade dos países; a coluna “*Rates of Duty – Column 1 – Special*” indica as taxas para a importação de produtos originários de países com tratamento preferencial ([Notas Gerais / HTSUS Codes](#)); por fim, a coluna “*Rates of Duty – Column 2*” indica as taxas dos produtos importados de países sem relacionamento comercial com os EUA (Cuba e Coreia do Norte).

Relativamente à abertura dos EUA para com Cuba os interessados podem consultar as [FAQ related to Cuba](#), do [US Department of the Treasury](#), de setembro de 2015, sendo que o relacionamento comercial entre os dois países é abordado no ponto VI (pág. 12).

² Conceito de não discriminação onde cada membro da Organização Mundial do Comércio concede aos produtos de um outro membro um tratamento não menos favorável do que o tratamento que concede aos produtos semelhantes de qualquer outro país.

³ Os critérios de pesquisa são os seguintes: selecionar o mercado – *Country /United States of America*; introduzir as posições pautais dos produtos – *Product Code* - a 4 ou 6 dígitos e clicar em *Search*.

⁴ Os critérios de pesquisa são os mesmos utilizados para obter os direitos aduaneiros e outras taxas.

Os EUA não aplicam o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à semelhança do que se verifica na Europa. No entanto, em certos Estados e Coletividades Locais existe um encargo denominado *Sales Taxes*, que incide sobre o preço de venda dos bens e serviços a taxas variáveis. Se as mercadorias não tiverem sido tributadas pelas *Sales Taxes*, há lugar ao pagamento das *User Taxes*, que tributam a utilização, no território de um determinado Estado, de bens ou serviços adquiridos no exterior ([State Sales Tax Rates](#)).

As [Excise Taxes](#) são aplicadas sobre a produção, venda e/ou consumo e recaem, por exemplo, no álcool, tabaco e combustível.

De referir que não existe uniformidade relativamente aos vários impostos existentes, pelo que as taxas variam em função da localidade e do Estado.

Por último, chama-se à atenção para o fato dos agentes económicos poderem consultar os principais entraves sentidos pelas empresas europeias no relacionamento com os EUA no tema [Trade Barriers](#), do site da *MADB*.

4.2. Regime de Investimento Estrangeiro

O regime de investimento estrangeiro é caracterizado pelo primado da livre iniciativa, ao qual é imposto fundamentalmente um limite: os interesses a defender no âmbito da segurança nacional do país.

De entre as áreas que se encontram sujeitas a limitações quanto à participação de capital estrangeiro, referem-se os setores energético, telecomunicações, banca, minas e transportes aéreo e marítimo.

Com o fim de facilitar o conhecimento deste tipo de limitações, os países membros da OCDE (como é o caso dos EUA) [estão obrigados a notificar as restrições que afetam o tratamento nacional](#), sendo publicada periodicamente uma lista com as referidas restrições ([National Treatment for Foreign-Controlled Enterprises Including Adhering Country Exceptions to National Treatment](#) – consultar pág. 99).

Algumas das restrições às operações de investimento estrangeiro são justificadas por políticas de proteção da segurança nacional.

Neste âmbito, o Presidente dos EUA pode, após parecer do [Committee on Foreign Investment \(CFIUS\)](#), do [US Department of the Treasury](#), suspender, rever, bloquear ou mesmo proibir propostas de fusão, aquisição ou *takeover* de empresas nacionais por operadores externos ([Secção 721 do Defense Production Act, de 1950, com alterações posteriores](#) / [Regulations Pertaining to Mergers, Acquisitions, and Takeovers by Foreign Persons, de 2008](#)).

Sobre o regime de investimento estrangeiro nos EUA os interessados podem consultar a página [Frequently Asked Questions / Moving Your Business to the U.S.](#) no site *SelectUSA*.

De um modo geral, as propostas de investimento não estão submetidas a aprovação prévia, nem necessitam de registo junto das autoridades federais americanas. No entanto, existe regulamentação federal que obriga o investidor estrangeiro a apresentar relatórios informativos sobre os projetos a desenvolver (quando detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais dos direitos de voto numa empresa comercial americana; ou adquira imóveis, desde que não seja para uso pessoal), às autoridades competentes, de forma a permitir que o Governo Federal controle os níveis de investimento em indústrias sensíveis e efetue uma análise estatística dos mesmos.

Assim, quando da realização de um investimento direto nos EUA, existem vários formulários a preencher – relatórios iniciais, trimestrais, anuais e quinquenais, que devem ser apresentados ao [Bureau of Economic Analysis \(BEA\)](#), do *Department of Commerce* ([Summary of Current Reporting Requirements for Foreign Direct Investment in the United States](#)). A informação obtida é confidencial e o acesso aos referidos relatórios é permitido apenas aos funcionários das agências governamentais.

Com exceção das medidas restritivas no que respeita ao acesso a determinados sectores sensíveis da economia a que aludimos anteriormente, os investidores estrangeiros não são objeto de qualquer outra discriminação em relação aos empresários americanos. Não existem, igualmente, restrições no tocante à repatriação do capital, lucros e dividendos para o exterior.

A política dos EUA, quer a nível federal quer a nível estadual, é, assim, tradicionalmente defensora do livre acesso ao mercado americano por parte dos investidores estrangeiros, que beneficiam de uma igualdade de tratamento com as empresas nacionais, também no que respeita aos incentivos e apoios a que podem recorrer.

Neste sentido, é disponibilizada assistência financeira através do recurso a um amplo sistema bancário e ao mercado de capitais. Também o Governo Federal, os Governos Estaduais e as Coletividades Locais disponibilizam vários tipos de apoios.

Para mais informações sobre incentivos consultar os seguintes sites:

- [Explore Loans, Grants & Funding / U.S. Small Business Administration](#);
- [Grants.gov](#);
- [Federal Programs and Incentives for Business / SelectUSA](#);
- [Business Incentives Offered by States and Territories / SelectUSA](#).

No que se refere à criação de empresas não existe legislação federal sobre constituição de empresas nos EUA, sendo que a criação de uma empresa neste mercado é um processo simples mas que varia de Estado para Estado. Cada Estado possui legislação própria em matéria de direito das sociedades,

variando, conseqüentemente, as formalidades de constituição. O *site* da *U.S. Small Business Administration* disponibiliza informação sobre esta matéria na página [Starting a Business](#), bem como o [site da aicep Portugal Global](#).

Informações sobre o quadro legal do investimento estrangeiro, formas de estabelecimento, sistema fiscal, legislação laboral, entre outras, encontram-se, igualmente, disponíveis em várias publicações na *Internet*, das quais destacamos pela sua atualidade e relevância:

- [Doing Business in the United States – A guide to the key tax issues](#) (PWC, June 2015 – apenas informação fiscal);
- [Doing Business in the United States](#) (UHY, February 2015);
- [Country Guide United States](#) (HSBC, December 2014);
- [Doing Business in the United States](#) (Baker Tilly International, November 2014);
- Vários [Guias Estaduais](#) (Lex Mundi Member Firms);
- [Employment Law Guide](#) (United States Department of Labor, September 2009).

Finalmente, de forma a promover e a reforçar o desenvolvimento das relações de investimento entre os dois países, foi assinada entre Portugal e os EUA a [Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento](#), em vigor desde 1 de janeiro de 1996.

Também o futuro [Transatlantic Trade and Investment Partnership \(TTIP\)](#) irá ter importantes reflexos (quando da sua entrada em vigor) na liberalização das operações de investimento e serviços, assim como em matéria de proteção dos direitos de propriedade industrial (ex.: marcas; patentes; *design*) objeto de harmonização entre as partes; no que respeita a esta última questão as empresas podem consultar, no *site* do [INPI](#), página [“Fichas de Apoio à Exportação”](#), a [“Ficha de Mercado de Propriedade Industrial: Estados Unidos da América”](#).

5. Informações Úteis

Formalidades na Entrada

Os cidadãos portugueses que pretendam deslocar-se aos Estados Unidos da América para visitas de negócios ou turismo, têm de ser portadores de um passaporte válido. As estadias com duração igual ou inferior a 90 dias, não necessitam de visto. No entanto é obrigatório o preenchimento do ESTA - Sistema Eletrónico para Autorização de Viagem. Para obter esta autorização, requerida e obtida até três dias antes da viagem, deverá ser preenchido o respetivo formulário no [site do Sistema Eletrónico de Autorização de Viagens](#). (<https://esta.cbp.dhs.gov/esta/>).

Hora Local

Existem seis fusos horários nos EUA: *Eastern, Central, Mountain, Pacific, Alaska e Hawaii*. A diferença horária entre Nova Iorque e Lisboa é de 5 horas, e entre San Francisco e Lisboa é de 8 horas. Para informação adicional consultar o seguinte site: <http://www.time.gov/>.

Horários de Funcionamento

Os horários de funcionamento variam conforme o sector (retalho, serviços banca, etc.), o Estado e até a municipalidade. Na generalidade, são os seguintes:

Retalho: 10:00h-19:00h;
Supermercados: 07:00h-24:00h (alguns estão abertos 24 horas).

Serviços públicos:

09:00h-17:00h (segunda-feira a sexta-feira)

Bancos:

08:30h-15:00h (segunda-feira a sexta-feira)

Muitas agências também funcionam durante todo o fim-de-semana, em diferentes horários.

Comércio:

Lojas

10:00h-19:00h (segunda-feira a sábado)

As lojas podem estar abertas até mais tarde, uma ou duas vezes por semana. Alguns Estados permitem o seu funcionamento também ao domingo e alguns estabelecimentos (supermercados, *convenience stores* e *drugstores*) estão abertos 24 horas por dia.

Centros Comerciais

10:00h-21:30h

Correios:

6h30 às 20h30 (horas mínima e máxima, variando consoante o serviço)
(segunda-feira a sábado)

Feriados

O Governo federal determina os feriados para os funcionários federais, e cada Estado pode estabelecer também os seus próprios feriados.

Feriados Federais - Datas Fixas

- Ano Novo: 1 janeiro;
- *Independence Day*: 4 julho;
- *Veterans Day*: 11 novembro;
- Natal: 25 dezembro.

Feriados Federais - Datas Móveis:

- *Martin Luther King Jr.*: terceira segunda-feira de janeiro;
- *Presidents Day*: terceira segunda-feira de fevereiro;
- *Memorial Day*: última segunda-feira de maio;
- *Labor Day*: primeira segunda-feira de setembro;
- *Colombo's Day*: segunda segunda-feira de outubro;
- *Thanksgiving Day*: quarta quinta-feira de novembro.

Corrente Elétrica

O sistema de corrente elétrica nos EUA é de 110 volts e 60 Hz. A ficha elétrica é diferente da portuguesa, pelo que convém adquirir um adaptador dado que a maioria do equipamento eletrónico funciona em ambos os sistemas de corrente (110V/60Hz ou 220V/60Hz).

Pesos e Medidas

Os EUA são um dos poucos países que não adotaram o sistema métrico, continuando a usar o sistema de pesos e medidas designado por *US Customary Units*. Porém, existem indústrias e sectores que usam o sistema métrico, como sejam a medicina, a ciência e o próprio Governo americano, incluindo as Forças Armadas.

6. Contactos Úteis

Em Portugal

Embaixada dos Estados Unidos da América

Av. Forças Armadas

1600-081 Lisboa – Portugal

Tel.: +351 217 273 300 | Fax: +351 217 269 109

E-mail: lisbonweb@state.gov | <http://portugal.usembassy.gov>

aicep Portugal Global

Rua Júlio Dinis, 748 9º Dto.

4050-012 Porto – Portugal

Tel.: +351 226 055 300 | Fax: 351 226 055 399

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

aicep Portugal Global

Av. 5 de Outubro, 101

1050-051 Lisboa – Portugal

Tel.: +351 217 909 500

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, SA

Direção Internacional

Av. da República, 58

1069-057 Lisboa

Tel.: +351 217 913 700 | Fax: +351 217 913 720

E-mail: International@cosec.pt | <http://www.cosec.pt>

Câmara de Comércio Americana em Portugal

Rua D. Estefânia, 155, 5.º Esq.

1000-154 Lisboa – Portugal

Tel.: +351 213 572 561 | Fax: +351 213 572 580

E-mail: geral.amcham@mail.telepac.pt | <http://www.amchamportugal.org> | <http://www.amcham.org.pt>

Autoridade Tributária e Aduaneira

Rua da Alfândega, n.º 5, r/c

1149-006 Lisboa – Portugal

Tel.: (+351) 21 881 37 13

E-mail: at@at.gov.pt | <https://www.e-financas.gov.pt/de/jsp-dgaiec/main.jsp>

Nos EUA

Embaixada de Portugal nos EUA

2012 Massachusetts Avenue, NW

Washington, DC 20036

Tel: 00-1-202-350 5400

Fax: 00-1-202-462 3726

E-mail: info@embassyportugal-us.org | embassyportugal-us.org

aicep Portugal Global - Nova Iorque
866 Second Avenue, 8th floor
New York, NY 10017
Tel: 00-1-646-723 0299 / 00-1-646-732 0200
Fax: 00-1-212-575 4737
E-mail: aicep.newyork@portugalglobal.pt | www.portugalglobal.pt

aicep Portugal Global - São Francisco
Portuguese Trade and Investment Office
3298 Washington Street
San Francisco, CA 94115 - USA
Tel: 00-1-415-298-6680
Fax: 00-1-415-346-1440
E-mail: aicep.s.francisco@portugalglobal.pt | www.portugalglobal.pt

Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas
866 Second Avenue, 9th floor
New York, NY 10017 – USA
Tel: 00-1-212-759 9444
E-mail: portugal@un.int | <https://www.onu.missaoportugal.mne.pt/pt/>

Portugal-US Chamber of Commerce
590 Fifth Avenue, 4th floor
New York NY 10036 USA
Tel.: +1 212 354 4627 | Fax: +1 212 575 4737
E-mail: chamber@portugal-us.com | www.portugal-us.com

Department of Commerce
1401, Constitution Avenue, NW
Washington, DC 20230 – USA
Tel.: +1 202 482 2000
<https://www.commerce.gov/>

Federal Reserve (Banco Central)
Twentieth Street and Constitution Avenue, NW
Washington, DC 20551 – USA
Tel.: +1 202 974 7008
<http://www.federalreserve.gov>

Hawaii Island Portuguese Chamber of Commerce
P.O. Box 1839
Hilo, HI 96720 – USA
<http://www.hipcc.org>

US Chambre of Commerce
1615 H Street, NW
Washington, DC 20062-2000 – USA
Tel.: +1 202 659 6000
<http://www.uschamber.com>

American Association of Exporters and Importers (AAEI)
1717 K Street, NW, Suite 1120,
Washington, DC 20006 – USA
Tel.: +1 202 857 8009 | Fax: +1 202 857 7843
<http://www.aaei.org>

7. Endereços de Internet

A informação *online* aicep Portugal Global pode ser consultada no *Site* da Agência, nomeadamente, nas seguintes páginas:

- [Guia do Exportador](#)
- [Guia de Internacionalização](#)
- [Temas de Comércio Internacional](#)
- [Mercados Externos \(Estados Unidos da América\)](#)
- [Livraria Digital](#)

Outros endereços:

- [African Development Bank \(AfDB\)](#)
- [Alcohol and Tobacco Tax and Trade Bureau \(TTB\)](#)
- [American Association of Exporters and Importers \(AAEI\)](#)
- [American Law Sources On-Line](#)

- [American National Standards Institute \(ANSI\)](#)
- [Animal and Plant Health Inspection Service \(APHIS\)](#)
- [Asian Development Bank \(ADB\)](#)
- [Asia-Pacific Economic Cooperation \(APEC\)](#)
- [Bank for International Settlements \(BIS\)](#)
- [Bureau of Alcohol, Tobacco, Firearms and Explosives \(ATF\)](#)
- [Business USA](#)
- [Câmara de Comércio Americana em Portugal](#)
- [Committee on Foreign Investment in the United States \(CFIUS\)](#)
- [Delegation of the European Union to the United States](#)
- [Direção-Geral de Alimentação e Veterinária \(DGAV\) / Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais \(DSAVR\)](#)
- [Doing Business in United States 2016 / Doing Business in United States – Starting a Business 2015 / Doing Business in United States – Business Reforms 2015 / Trading Across Borders in India – New York City 2015 / Trading Across Borders in India – Los Angeles 2015 / Law Library \(Doing Business Project – World Bank Group\)](#)
- [Economics and Statistics Administration \(ESA\)](#)
- [Electronic Code of Federal Regulations](#)
- [Embaixada de Portugal nos Estados Unidos da América](#)
- [Embaixada dos Estados Unidos da América em Portugal](#)
- [European Bank for Reconstruction and Development \(EBRD\)](#)
- [European External Action Service \(EEAS\) – EU Relations with United States of America / Trade Relations EU – United States](#)
- [Federal Business Opportunities \(FedBizOpps.Gov\)](#)
- [Federal Food Safety Information](#)
- [Federal Regulations](#)

- [Federal Reserve System](#)
- [Federal Reserve Bank of New York](#)
- [Federal Trade Commission](#)
- [FedLaw \(Federal Statutes and Regulations\)](#)
- [Food Safety and Inspection Service \(FSIS\)](#)
- [Foreign-Trade Zones Board](#)
- [Grants.gov](#)
- [Guia Prático – Destacamento de Trabalhadores de Portugal para Outros Países \(Instituto da Segurança Social\)](#)
- [Hawaii Island Portuguese Chamber of Commerce](#)
- [Instituto Nacional da Propriedade Industrial \(INPI\) / Fichas de Apoio à Exportação \(Ficha de Mercado de Propriedade Industrial: Estados Unidos da América\)](#)
- [Inter-American Development Bank \(IDB\)](#)
- [Internal Revenue Service \(IRS\)](#)
- [International Trade Administration \(ITA\)](#)
- [Legal Information Institute \(LII\)](#)
- [Legislation USA \(Lexadin\)](#)
- [Market Access Database \(tariffs, procedures and formalities, trade barriers\)](#)
- [National Center for Standards and Certification Information \(NCSCI\)](#)
- [North American Free Trade Agreement \(NAFTA\)](#)
- [Novo Quadro de Apoio Portugal 2020 / Programa Operacional Competitividade e Internacionalização \(Compete 2020\)](#)
- [Organization of American States \(OAS\)](#)
- [Organization for Security and Co-operation in Europe \(OSCE\)](#)
- [Pacific Economic Cooperation Council \(PECC\)](#)

- [Portal das Comunidades Portuguesas / Trabalhar no Estrangeiro / Conselhos aos Viajantes \(Estados Unidos da América\)](#)
- [Portal GlobalAgriMar / Constrangimentos à Exportação, Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral \(GPP\) / Ministério da Agricultura e do Mar \(MAM\)](#)
- [Portugal-US Chamber of Commerce](#)
- [Public and Private Laws](#)
- [Segurança Social \(Destacamento de Trabalhadores para Países com os quais foram celebrados Acordos Bilaterais / Convenções, como é o caso dos EUA\)](#)
- [Seguro de Investimento Português no Estrangeiro da COSEC / Formas de Realização de Investimento / Riscos e Coberturas / Contactos](#)
- [SelectUSA \(foreign investment\)](#)
- [Taxation and Investment: United States – Highlights 2015 and Guide 2011 \(Deloitte\)](#)
- [Transatlantic Trade and Investment Partnership \(TTIP\) – Portal da Comissão Europeia / Plataforma sobre Negociações Comerciais](#)
- [Trans-Pacific Partnership \(TPP\)](#)
- [United States International Trade Commission \(USITC\)](#)
- [U.S. Bureau of Economic Analysis \(BEA\)](#)
- [U.S. Bureau of Labor Statistics \(BLS\)](#)
- [U.S. Census Bureau](#)
- [U.S. Census Bureau / Foreign Trade](#)
- [U.S. Chamber of Commerce](#)
- [U.S. Customs and Border Protection \(CBP\)](#)
- [U.S. Department of Agriculture \(USDA\)](#)

- [U.S. Department of Commerce](#)
- [U.S. Department of Health & Human Services \(HHS\)](#)
- [U.S. Department of Labor \(DOL\)](#)
- [US Department of the Treasury](#)
- [U.S. Economic Development Administration \(EDA\)](#)
- [U.S. Food and Drug Administration \(FDA\)](#)
- [U.S. Government's Official Web Portal](#)
- [U.S. Minit \(Casa da Moeda\)](#)
- [U.S. Mission to the United Nations](#)
- [U.S. Patent and Trademark Office \(USPTO\)](#)
- [U.S. Small Business Administration \(SBA\)](#)
- [U.S. Tax Code](#)
- [United Nations \(UN\) / Funds, Programmes, Specialized Agencies and Others](#)
- [World Trade Organization – WTO](#)